



AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO DA ARTE

Francislaine Campos Garcia¹; Priscilla Campiolo Manesco Paixão²

RESUMO: O presente estudo busca refletir sobre o processo avaliativo no ensino da Arte da Educação Básica, aprofundando a relação ensino-aprendizagem e ressaltando a importância da avaliação não apenas como resultado final, mas como parte do processo educacional, com base na abordagem Triangular, desenvolvida por Ana Mae Barbosa, apontando os meios e critérios avaliativos desenvolvidos no ensino de Arte e as relações socioculturais que se ocultam por trás deste processo ensino-aprendizagem influenciando os resultados escolares.

PALAVRAS CHAVES: Avaliação; Contextualização Histórica; Valorização Cultural.

ABSTRACT: The present study aims to reflect on the evaluation process in the teaching of Basic Education Art, deepening the teaching-learning relationship, and highlighting the importance of evaluating not only the final result but as part of the educational process, based on the Triangular approach, developed by Ana Mae Barbosa, pointing means and evaluative criteria developed in the teaching of art and socio-cultural relations that hide behind this teaching-learning process influencing educational outcomes.

KEYWORDS: Evaluation, Historical Context, Cultural Appreciation.

1. INTRODUÇÃO

A Arte é produzida pelo ser humano desde sua existência, através dela este mesmo ser humano expressa sua compreensão de mundo. Uma obra de arte retrata o espírito da época em que foi realizada, o contexto, os valores sociais, econômicos e culturais. A história do mundo é revelada através das manifestações artísticas, sendo uma linguagem capaz de ser entendida mundialmente. Desta forma, a Arte deve ser tratada nas escolas da Educação Básica como uma disciplina de suma importância para o desenvolvimento sociocultural do educando.

Do planejamento à avaliação, a proximidade entre a teoria e a prática dos conteúdos, as metodologias, o uso de recursos didáticos e a avaliação reflexiva, fazem parte de um processo educacional e devem ser analisadas de forma flexível as circunstâncias do ambiente. Sendo assim, a avaliação deve ser compreendida como um processo em construção contínuo estando coerente com as características da sociedade vigente.

Neste sentido, a pesquisa de cunho bibliográfico, tem a intenção de esclarecer os meios e as relações sociais de que a avaliação precisa seguir, partindo de um processo histórico e dialético da compreensão da realidade em que vivemos para estabelecer

¹ Pedagoga, pós-graduada em Educação Especial, Acadêmica do curso de Artes Visuais e Pós Graduação em Arte na Contemporaneidade, pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Maringá – Paraná. francisartescgarcia@gmail.com
² Professora Mestre do curso de Artes Visuais pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Maringá – Paraná. priscillapaixao@cesumar.br

critérios avaliativos coerentes e eficazes. Reconhecendo que não existam autores que se dirigem especificamente a avaliação do ensino da Arte, far-se-á necessário à reflexão contínua relacionando considerações das avaliações de outras áreas do conhecimento a fim de construir, através das reflexões, novos caminhos para avaliar o ensino da Arte na contemporaneidade.

2. A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Em geral, a História do Ensino no Brasil foi marcada por várias transformações: pelos avanços industriais e tecnológicos, pela extração dos recursos naturais do nosso país, pelas relações sociais e políticas, e principalmente pela construção de nossa cultura heterogênea formada por grupos tão distintos que fizeram parte da colonização. Todos estes fatos influenciaram de forma significativa o desenvolvimento e o processo educacional. Segundo Martins e Picosque (1998, p.10):

Uma referência importante para compreender o ensino da arte no Brasil é a celebre Missão Artística Francesa trazida em 1816, por Dom João VI. Foi criada, então, a Academia Imperial de Belas-Artes, que após a proclamação da República passou a ser chamada de Escola Nacional de Belas-Artes.

A Escola Nacional de Belas-Artes tinha como principal objetivo ensinar o desenho valorizando a cópia fiel sem considerar a cultura local, utilizava-se dos modelos europeus, a criança não tinha espaço para expressar seus sentimentos e conseqüentemente inibia a imaginação, a criatividade e o desenvolvimento cognitivo.

Nesta época, o ensino pautava-se em uma concepção autoritária, onde o valor estava no objeto, ou seja, no produto final. O professor estabelecia as regras e os alunos as cumpriam sem contestar. O mestre era autoridade máxima na relação aluno/professor. Ferraz e Fusari (2010, p. 25) comentam que:

Na pedagogia tradicional o processo de aquisição dos conhecimentos é proposto através de elaborações intelectuais e com base nos modelos de pensamento desenvolvidos pelos adultos, tais como análise lógica, abstrata. Na prática, a aplicação de tais ideias reduz-se a um ensino mecanizado, desvinculados dos aspectos do cotidiano, e com ênfase exclusivamente no professor que passa para os alunos “informações” consideradas verdades absolutas.

A tendência tradicional, ainda se manifesta nas escolas brasileiras, por estabelecer uma teoria mimética, onde os alunos são levados a fazer cópias de modelos escolhidos pelos professores, que organiza sua aula desvinculada do contexto sociocultural, apresenta conhecimentos através de aulas expositivas e comparações de conceitos prontos, inflexíveis.

Entre as décadas de 50 e 60 do século passado, decorrentes do movimento denominado Escola Nova, houve algumas mudanças na Educação influenciadas pelo desenvolvimento súbito da indústria e relações políticas. Esta pedagogia, nas aulas da Arte, direcionava o ensino para a livre expressão. O aluno tinha liberdade para realizar seus trabalhos, não se restringindo aos modelos determinados. O processo criativo era totalmente valorizado com a intenção de desenvolver a criatividade sem preocupações com o resultado final.

A função do professor era oportunizar situações onde o aluno revelasse seus sentimentos, desenhando, pintando, “fazendo”. A individualidade do aluno era valorizada.

Na concepção espontânea, onde o processo artístico deveria nascer do aluno, perdeu-se o direcionamento do conteúdo e simultaneamente a qualidade de aprendizagem. A avaliação conseqüentemente não apresentava coerência, pois não estava pautada em objetivos ou critérios.

Na tendência tecnicista, a escola se dedica em produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, o aluno grava os conhecimentos na mente. O professor tem papel de especialista para transmitir esses conhecimentos, sua prática é extremamente controlada. Contudo, o professor torna-se neutro aos seus conteúdos. A educação se dá pela estrutura das salas de aula que devem estar bem equipadas, sendo assim, o aprendizado conseqüentemente acontece. A escola está ligada diretamente com o sistema produtivo, com o objetivo de aperfeiçoar a ordem social daquele momento que é o capitalismo, formando mão de obra especializada para o mercado de trabalho.

Com a Lei nº 5.692 de 1971, foi elaborado um componente curricular que incluía a disciplina de Educação Artística no contexto escolar como uma atividade artística, tornando-se obrigatório o ensino da Arte na Educação Básica. Porém, seu reconhecimento só veio a fortalecer-se com a Lei nº 9394/96, onde o Ensino da Arte passou a ter maior importância e o professor passou a articular três campos conceituais: a criação/produção, a criação/análise e a compreensão do conhecimento artístico num contexto histórico e cultural. Exigindo uma nova postura do educador, o conhecimento e a apreciação artística. Barbosa (1984, p.145 – 148) afirma que:

A falta de reflexão histórica sobre a significação do seu próprio trabalho tem levado o criador a atitudes onipotentes, julgando-se capaz de criar do nada e se isolando pela impossibilidade de encontrar parâmetros históricos de avaliação e confrontação com trabalho dos outros [...] Na educação do arte-educador, é importante não só desenvolver o fazer artístico, mas também dar informações para torna-lo apto a uma leitura individual e cultural deste fazer.

Para oficializar os documentos que representam a ação do educador em sala de aula, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná de 2008 inserem a Arte no currículo escolar com conteúdos próprios organizados em etapas distintas, sendo sugerida a fundamentação teórica, um currículo configurador da prática totalmente vinculado às teorias críticas, contextualização histórica, fundamentos teórico-metodológico, conteúdos estruturantes, encaminhamentos metodológicos e avaliação.

Todos estes temas devem ser coerentes à realidade do aluno, contextualizando o conhecimento e aproximando a teoria da prática, pois se articulam entre si. A cultura e a história que o aluno traz é ponto de partida para a construção de conhecimentos e as novas informações colaboram para o desenvolvimento do sujeito. Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p.14) encontramos:

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto ao estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos em que ela se constituem.

Estes elementos devem ser considerados de extrema importância e desenvolvidos pelos educadores de Arte de acordo com as possibilidades de cada ambiente escolar, porém a avaliação sempre foi motivo de reflexão entre estudiosos e educadores: Como avaliar considerando todos os aspectos relevantes em uma “prova de conhecimentos”? Como estabelecer critérios para o processo criador de um sujeito que é resultado de influências socioculturais diferentes e totalmente particulares? Como ser coerente ao mensurar notas de 0 a 10,0? Quais critérios devem ser estabelecidos pelo professor?

Em meio a fragilidade de valores, de conhecimentos fragmentados e falta de identidade que vivemos no contexto atual, o professor deve se colocar como mediador de conhecimentos, proporcionando a articulação entre a prática e a teoria, compreendendo a Arte em seu tempo e refletindo sobre as questões da contemporaneidade. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p. 31) sugere que:

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento.

Sendo assim, avaliar se torna um processo contínuo que acontece desde o envolvimento que o aluno estabelece com a nova informação até a compreensão e aplicação do conhecimento no dia a dia, considerando os direcionamentos sugeridos pela Pedagogia Histórico-Crítica. E, assim como todas as outras disciplinas é importante estabelecermos critérios fundamentando e esclarecendo os objetivos a serem alcançados a cada ciclo educativo, propondo formar sujeitos que possam construir conceitos, dar sentido a vida, desenvolvendo o senso crítico e contextualizando historicamente os conhecimentos.

3. VALORIZAÇÃO DAS DIVERSIDADES CULTURAIS

A criança em seu ambiente natural e cultural desde cedo percebe as diferenças e as semelhanças entre o mundo que a cerca, o que gosta de fazer e as coisas que lhe são impostas. É da própria natureza infantil, expressar estas escolhas e a facilidade de interação com as novidades da contemporaneidade.

Na experiência cotidiana, a criança elabora seus conceitos sociais e culturais, o que é certo e o que errado, o que é bonito e o que é feio, o gostar e o não gostar vão se construindo através das situações oportunizadas pela mediação de seus conhecimentos adquiridos às novas informações que vão surgindo.

Esta complexidade sociocultural das manifestações de uma sociedade é vivida pela criança direta e indiretamente, através de uma infinidade de experiências visuais e sonoras. Segundo Ferraz e Fuzari (2009, p. 67).

O universo dos sons, das cores e do movimento marca sua presença entre as crianças com encantos e inquietações. Oras nos detemos para contemplá-los, ora nos atingem provocantemente. São imagens e sons que se justapõem ininterruptamente, constituindo a dimensão da nossa ambiência natural e cultural.

Encontrar maneiras atualizadas de intermediar todas estas informações presentes no cotidiano é um desafio e uma das maiores preocupações da escola e do arte-educador. Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p. 14), consta que:

Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles, relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam

quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Desta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos em que elas se constituem.

Nesta vertente, fica claro que a escola deve estimular a prática pedagógica proporcionando diversidade nas metodologias de ensino-aprendizagem e uma avaliação significativa aos estudantes permitindo ao professor reavaliar seus propósitos educativos e métodos de ensino. Nesta direção, o projeto educativo deve, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p. 15):

(...) atender igualmente aos sujeitos, seja qual for sua condição social e econômica, seu pertencimento ético e cultural e às possíveis necessidades especiais para aprendizagem. Essas características devem ser tomadas como potencialidades para promover a aprendizagem dos conhecimentos que cabe à escola ensinar, para todos.

Por tratar-se de um sistema de representação, a arte é uma linguagem que se utiliza de signos não verbais (as cores, as formas, o gesto, o som) dos quais o artista/alunos se utiliza para interpretar e expressar sentimentos atribuindo símbolos dos quais tem significados próprios de acordo com o repertório de imagens e conhecimento do sujeito. Martins e Picosque (1998, p. 36), descreve que:

Somos seres simbólicos, e isso faz com que sejamos capazes de inventar e criar símbolos, ordenando e interpretando o mundo por meio de sistemas de representação. Cada indivíduo, como um ser simbólico que é, realiza o ato de simbolizar utilizando sistemas de representação para elaborar e objetivar seus pensamentos como intuito de compreender o que se passa no mundo. Como seres simbólicos, nossa autocriação e transformação cultural nos desenvolveram como a linguagem.

A criança vivencia a arte produzida pelas gerações passadas, experimentam no seu mundo todas as relações prontas e feitas pelos adultos que a cerca. Mas como proporcionar a elas um desenvolvimento que estimule a capacidade criativa, pensante e reflexiva? É exatamente neste ponto que o trabalho de mediação com o Ensino da Arte entra em ação. Ferraz e Fusari (2010, p. 102) comentam sobre o fazer artístico e o conhecimento histórico do sujeito:

As definições mais conhecidas da arte, recorrentes da história do pensamento, podem ser reduzidas a três: ora a arte é concebida como um fazer, ora como um conhecer, ora como um exprimir. Estas diversas concepções ora se contrapõem e se excluem umas as outras, ora, pelo contrário, aliam-se e se combinam de varias maneiras. Mas permanecem em definitivo, as três principais definições da arte.

Os meios de comunicação e as inovações tecnológicas auxiliam no trabalho do arte-educador, porém não podemos descartar nestes aspectos que a mídia pode influenciar negativamente através da comunicação visual uma leitura e interpretação equivocada e consumista. Cabe ao educador estar atento as novidades, procurando direcionar uma apreciação e análise crítica dos componentes visuais bombardeadas pela mídia, pois a imagem é de suma importância no ensino do arte. Martins e Picosque (1998, p. 136) dizem que:

A linguagem visual também pode ser revelada à criança através de um sensível olhar pensante. O olhar já vem carregado de referencias pessoais e culturais; contudo é preciso instigar o aprendiz também para um olhar cada vez mais

curioso e mais sensível às sutilezas. (...) Nutrir esteticamente o olhar é alimentá-lo com muitas e diferentes imagens, provocando uma percepção mais ampla da linguagem visual; olhar diferentes modos de resolver as questões estéticas, entrando em contato com os conceitos e a história da produção nessa linguagem.

Desenvolver conhecimentos através das imagens em meio a uma sociedade fragmentada, provisória e consumista, viciada em automatizar os meios facilitando o acesso a qualquer informação, o profissional arte-educador, deve incentivar o desenvolvimento dos sentidos, proporcionando experiências significativas, encurtando o espaço que existe entre a teoria e a prática. Ver de forma sensível não significa apenas apreciar, e sim ter condições de visualizar criticamente a realidade do contexto, seja ele em uma cultura de elite, popular ou de massa, se recusando a uma percepção entorpecida pelas influências distorcidas que insistem em estabelecer padrões condenados a uma subjetividade restrita.

4. EXPRESSÃO ARTÍSTICA: AVALIAR PARA ENSINAR MELHOR

A proposta do ensino de artes nas escolas buscam articular a teoria e a prática entre si e parte do que o aluno traz de história e cultura para desenvolver o ensino-aprendizagem em experiências significativas vivenciadas em sala de aula. Para que a avaliação sirva à aprendizagem, como um processo de educação, é preciso conhecer o aluno, seu meio cultural, seus hábitos e escolhas. A experiência humana é profundamente afetada pelas imagens, que interferem na vida e na cultura do sujeito pré-determinando a construção de conceitos e conhecimentos.

Considerando que o processo de aprendizagem está intimamente ligado ao desenvolvimento global do indivíduo, apontando a realidade social como um alicerce para o desenvolvimento cognitivo a avaliação é um recurso para mensurar notas sendo um tema de muita discussão e divergências entre os educadores. Tratando-se do Ensino de Arte, redobra a preocupação e os cuidados que o educador de arte deve ter ao avaliar um trabalho artístico em processo de aprendizagem.

Para avaliar um trabalho artístico é necessário definir critérios. Para definir critérios é preciso compreender os conceitos de forma, textura, linha, composição, ponto, ou seja, elementos plásticos que caracterizavam uma obra de Arte até pouco tempo atrás, sendo esta a maior dúvida do educador na atualidade. Os conceitos expressivos e plásticos da arte foram se transformando perante as mudanças socioculturais. As relações entre o artista, à obra e o observador geram formas diferentes de interfaces na contemporaneidade. Todas estas condições ampliaram os cuidados dos professores em relação ao avaliar o processo artístico do aluno.

Atualmente, as propostas curriculares dão ênfase no aprender, o que dá à avaliação um novo significado onde o professor deixa de ser um mero transmissor de informações para fazer uma parceria com o aluno, os preparando na elaboração de novos conceitos e futuros conhecimentos.

O currículo escolar propõe aos educadores o desafio de formar indivíduos que tenham condições de construir e dar um sentido para o mundo e suas vidas, que interpretem o contexto social e histórico através do conhecimento e possam interferir como cidadão na transformação da sociedade. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p. 31) apontam:

Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatarem o que o aluno aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas

contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

Se há a necessidade de planejar para educar avaliando esta educação com responsabilidade e ética é importante que exista clareza nos objetivos a serem alcançados e que estejam coerentes às relações entre o fazer artístico do aluno e a nota estabelecida pelo professor. Os critérios para avaliar este processo, devem ser pertinentes a todos os aspectos discutidos em relação ao social, culturais e cognitivos que envolvem o desenvolvimento do aluno e as experiências proporcionadas em sala de aula.

Compreendemos que os objetivos básicos das aulas de arte é levar o educador a fazer uma leitura da produção artística no seu tempo e contexto, nos aspectos visuais, sonoros e gestuais, assim os objetivos específicos devem partir destes propósitos buscando caminhos que o educador possa se apropriar destas habilidades sensoriais que o leve a aprender tais linguagens segundo Martins e Picosque (1998, p. 142):

Os critérios avaliativos não surgem do nada. São frutos de uma sociedade, de uma ideologia, de determinada visão se mundo, de uma época ou país; cada um refletindo práticas, pedagógicas diferentes. (...) A avaliação tem de ser transparente, tanto para o educador quanto para seus aprendizes. Numa avaliação em arte, todos participam, discutindo regras e critérios, tendo clareza dos pontos de partida e de chegada. A avaliação acontece durante todo o desenvolvimento da experiência artística e também no final, mas não unicamente no final.

Para Luckesi (2011, p. 419) "o ato de avaliar é um ato de atribuir qualidade tendo por base uma quantidade, o que implica ser a avaliação constitutivamente qualitativa". A escola deve possibilitar todas as expressões de linguagem artísticas possíveis desde que tenha qualidade de ensino-aprendizagem e que possam ser desenvolvidas em sua especialidade: na dança, no teatro, na música e nas artes visuais.

O professor interpreta e executa a avaliação de forma intencional e planejada complementando o conhecimento do aluno, deixando claro, os objetivos que se deseja alcançar, discutindo os critérios avaliativos, aceitando e negociando sugestões com os alunos, analisando sua atuação como educador e reorganizando o trabalho docente. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (PARANÁ, 2008, p.33) descreve:

(...) a avaliação do processo ensino/aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor, cabe acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e o desenvolvimento dos processos cognitivos.

Contudo, a avaliação deve envolver escolhas coletivas, entre professor, pais e alunos, para que todos tenham acesso aos caminhos a percorrer e possam colaborar assumindo seus papéis a fim de concretizar um trabalho pedagógico proeminente para formação dos alunos.

5. CONCLUSÃO

Os aspectos fundamentais nesta pesquisa aqui elencados, não esgotam as possibilidades de investigação das práticas avaliativas para o Ensino de Arte no Brasil.

Contudo acreditamos que possa contribuir para educação e para aqueles que buscam recursos diferenciados nas práticas pedagógicas.

Partimos do princípio histórico escolar apresentando as diversas mudanças que ocorreram em cada época no Ensino da Arte no Brasil, a fim de comparar os trabalhos pedagógicos anteriores com os que de fato ocorrem hoje, não menosprezando conhecimentos e práticas pedagógicas ultrapassadas mais sim, discutindo e agregando-as aos aspectos positivos a fim de colaborar com um novo percurso escolar proeminente a atualidade.

É relevante esclarecer a importância e o respeito pela cultura de uma comunidade, os valores éticos, políticos e religiosos, que influenciam e caracterizam o sujeito. Partindo destes pressupostos para elaboração do planejamento escolar e percepção para analisar o processo e o trabalho individual do aluno - produto desta cultura.

A avaliação da aprendizagem no Ensino da Arte é caracterizada como um processo contínuo que se inclui no planejamento pedagógico, nas ações e encaminhamentos metodológicos. É incoerente avaliar apenas no encerramento de um conteúdo ou sem acompanhar o processo de compreensão e reflexão sobre o ato de fazer valorizando apenas o último resultado. A avaliação não deve ser classificatória apenas com a intenção de averiguar os bons, médios e ruins alunos, cumprindo com o sistema burocrático de registros que mensuram notas de zero a dez a fim de selecionar aprovados e reprovados como resultante de um período escolar, este perfil não é inerente ao nosso contexto atual.

Hoje, a avaliação faz parte de um processo ensino-aprendizagem, visto como um ato reflexivo e coerente às propostas pedagógicas, organizando critérios bem elaborados e transparentes onde o aluno compreenda os objetivos da disciplina, desenvolvendo a criatividade, senso crítico, sensibilidade e competência para construir conhecimentos artísticos formais e da História da Arte.

6. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Arte/Educação**: conflitos e acertos. São Paulo: Max Limonad, 1984.

FUSARI, Maria F. de Rezende e FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

FUSARI, Maria F. de Rezende e FERRAZ, Maria Heloisa C. de T. **Metodologia do Ensino de Arte**: Fundamentos e proposições. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Miriam Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do Ensino de Arte a Língua do Mundo** – Poetizar Fruir e conhecer Arte. São Paulo: FTD, 1998.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.